

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Presença e influências da ditadura brasileira no Uruguai (1964-1972): as conexões repressivas

Ananda Simões Fernandes*

Resumo: Este trabalho pretende analisar as relações e as conexões repressivas entre o Brasil e o Uruguai no período compreendido entre 1964 e 1972. Este marco temporal abrange o cenário do exílio brasileiro, quando era necessário, segundo as premissas da Doutrina de Segurança Nacional, vigiar o “inimigo interno” localizado em outro país, até a “Operação Trinta Horas”, momento em que o Brasil começou a se preocupar com o “inimigo interno” do Uruguai. Considera-se o seqüestro do cônsul brasileiro pela guerrilha tupamara, em 1970, como elemento central de articulação entre esses dois contextos.

Palavras-chave: conexões repressivas – ditadura civil-militar brasileira – governo uruguaio democrático

Abstract: This study intends to analyze the relations and repressive connections between Brazil and Uruguay from 1964 to 1972. This chronological periods starts with the scene of Brazilian exile, when it was necessary, according to the presumptions of National Security Doctrine, to control the “internal enemy” located in another country, and goes until the “Operation Thirty Hours”, when Brazil started to worry with the “internal enemy” of Uruguay. The kidnapping of Brazilian consul by the tupamara guerrilla, in 1970, is considered the central articulatory element between these two contexts.

Keywords: repressive connections – Brazilian civil-military dictatorship – democratic Uruguayan government

A década de 1960 na América Latina foi marcada pelo esgotamento do modelo econômico-distributivo de caráter populista, enunciado desde os anos 50. Esse processo foi consequência da dinâmica capitalista na América Latina, e produziu um forte questionamento da presença dos interesses norte-americanos na região. Somou-se a essas críticas o êxito da Revolução Cubana, que acabou por intensificar uma crise da hegemonia capitalista nos países latino-americanos. Dessa forma, os movimentos operários e camponeses começaram a exigir mudanças radicais, ao mesmo tempo em que o “temor comunista” achava-se cada vez mais presente no âmago do discurso burguês. Perante essa crise, se tornou necessário, por parte do imperialismo norte-americano, reavaliar os seus aliados, procurando maior eficiência na

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

contenção de qualquer tipo de movimento de afirmação de soberania e nacionalismo, ou seja, qualquer tipo de movimento que criticasse e desestabilizasse a projeção dos Estados Unidos e seus aliados locais. Assim, começaram a ser instaurados na América Latina os regimes civis-militares, baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A DSN sustentava-se nos golpes contra-insurgentes, dando legitimidade às Forças Armadas de atuarem no cenário político dos países, na questão do ordenamento social. Na DSN, as pessoas exercem de fato sua cidadania pertencendo a uma comunidade nacional, e não a uma classe. O Estado passa a ser identificado com a Nação: “ele [o Estado] é a vontade única da Nação” (COMBLIN, 1978:73), gerando, assim, uma despolitização social. Coube às Forças Armadas restaurar a unidade nacional, que estava sendo ameaçada pela “subversão” e pelo “perigo comunista”. Assim, a DSN formulou um “estado de guerra permanente” contra o “inimigo interno”, que se estendia desde opositores abertos do regime, como as organizações armadas, até qualquer pessoa que questionasse o sistema, todos identificados com o comunismo, conceito que se tornou extremamente flexível na utilização pela Doutrina: “a segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do comunismo” (COMBLIN, 1978:55).

Os intelectuais militares brasileiros acabaram por reelaborar a Doutrina de Segurança Nacional ao seu projeto político. Formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, por veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), teve como um dos principais teóricos o general Golbery do Couto e Silva, militar atuante durante a ditadura brasileira, criador do Sistema Nacional de Informações (SNI). A ESG foi formulada com base no modelo do “National War College”, de Washington, escola de treinamento de agentes para o combate à subversão. Seus principais conceitos, que foram esquematizados da doutrina norte-americana (objetivos nacionais, poder nacional, segurança nacional e conceito estratégico nacional) estavam presentes na ESG desde o início da sua fundação. Com o golpe civil-militar no Brasil em 1964, os mais altos postos da administração do novo regime foram ocupados por ex-alunos dessa escola.

Na variante teórica brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, foi adicionado a essa o projeto geopolítico expansionista brasileiro. Formulada desde a década de 1930 pela intelectualidade militar, a geopolítica brasileira tinha três objetivos: “a ocupação de um território imenso e praticamente vazio, a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico sul e a formação de uma potência mundial” (COMBLIN, 1978:27). Também se destacam as teorias de guerra, de revolução e de subversão interna elaboradas pela ESG: “*A Guerra Revolucionária* – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior,

inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação” (BRASIL, 1976:78).

Para a ESG, a guerra revolucionária (ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos, que privilegiava a guerra total e a guerra nuclear), devia ser primordial para a variante brasileira da doutrina, partindo do pressuposto de que a União Soviética considerava essa modalidade de guerra como a mais importante para passar a controlar os países do Terceiro Mundo. O mais influente estudo geopolítico brasileiro é *Geopolítica do Brasil*, do general Golbery do Couto e Silva. Nele, Golbery expõe as razões que fazem com que o Brasil estivesse destinado a ser uma grande potência. As nações são determinadas por suas condições e posições geográficas. A América Latina, então, em virtude do seu posicionamento geográfico, estaria comprometida com o campo ideológico dos Estados Unidos. O subcontinente latino-americano era de vital importância no quadro das alianças ocidentais com os Estados Unidos na luta contra o comunismo, sendo que, na América Latina, o Brasil seria o parceiro mais importante dessas alianças. “Que posição ocupa, afinal o Brasil nesse Ocidente [...]? A defesa do Ocidente” (SILVA, 1981:219). A superioridade do Brasil nesse quadro derivava da sua posição geográfica, dos seus recursos naturais e da sua grande população.

Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes. Os países da América Latina poderiam intervir em qualquer país do subcontinente que estivesse tendo sua “democracia” ameaçada por movimentos de orientação comunista seguindo os princípios das “fronteiras ideológicas”.

O crescimento de movimentos de governos com tendências de esquerda preocupava a ditadura brasileira: no Peru, em 1968, o general Juan Velazco Alvarado instituiu um regime militar nacionalista; na Bolívia, em 1970, o general Juan José Torres, apoiado por militares de cunho nacionalista e setores populares, destituiu o antigo general governante, com posições conservadoras; em 1970, no Chile, houve a vitória da Frente Popular e do socialista Salvador Allende nas eleições presidenciais; no Uruguai, houve a formação do movimento armado dos tupamaros, em 1965. Assim, o governo brasileiro considerava-se isolado na América Latina, rodeado por países hostis: “más temprano o más tarde el país [Brasil] deberá enfrentarse con enemigos localizados en las fronteras” (SCHILLING, 1978:63). Criou-se, então, a “Teoria do Cerco”, que postulava que a subversão estava nas

fronteiras brasileiras e que a América Latina seria a base logística para o avanço do comunismo no Ocidente. Para os militares brasileiros, o país se transformaria em uma fortaleza sitiada, tornando-se o defensor da civilização democrática e cristã no subcontinente latino-americano.

Embora existam estudos das relações internacionais implementadas pela ditadura brasileira, poucos dizem respeito às conexões repressivas com o Cone Sul. A historiografia brasileira preocupa-se, em grande parte, com as relações que o Brasil estabeleceu com os Estados Unidos na ante-sala do golpe civil-militar e durante o regime, além das relações que estabeleceu com os países europeus, africanos e asiáticos, quando o Brasil tentou minimizar o grau de interdependência com a superpotência.¹

Possíveis e reais intervenções militares brasileiras na América Latina ocorreram desde a deflagração do golpe, em 1964. Durante a guerra civil que se estabeleceu na República Dominicana, em 1965, o Brasil enviou oficialmente 1.100 soldados, quando os Estados Unidos decidiram invadir o país da América Central, para derrubar o governo nacionalista de Juan Bosch. Foram constantes as ameaças de intervenção de tropas brasileiras no Uruguai, desde 1965. O Brasil também contribuiu na preparação do golpe civil-militar no Chile, que derrubou o presidente socialista Salvador Allende, enviando recursos financeiros e material bélico para a organização de direita “Patria y Libertad”, posicionando, também, navios na costa do Pacífico, caso fosse necessária a intervenção (BANDEIRA, 1993).

Desse modo, faz-se importante explorar conteúdos pouco conhecidos da ditadura civil-militar brasileira, entre eles os referentes à conexão repressiva que o Brasil, no caso específico, estabeleceu com o Uruguai, já a partir do golpe de Estado, por concentrar importante exílio brasileiro. Assim, desde 1964, o Brasil pressionava o Uruguai para cooperar, participando através de um sistema de informações para averiguar as ações dos exilados, ainda mais porque a fronteira uruguaia era constantemente atravessada pelos chamados “pombos-correios”, brasileiros que levavam informações para os exilados e depois retornavam ao Brasil. Pode-se perceber, então, a preocupação da ditadura brasileira com seu “inimigo interno” localizado em um país vizinho.

Paralelamente, essa rota de passagem também foi utilizada por espiões e agentes policiais que, além de controlarem os exilados que ali estavam, passaram a treinar agentes uruguaio nas medidas repressivas, principalmente no tocante à tortura. Integrantes do Esquadrão da Morte – inclusive o delegado do Departamento de Ordem Política e Social de

¹ A partir do golpe de 1964, estabeleceu-se o princípio de que a preservação da independência nacional pressupunha a aceitação de um grau de interdependência – econômica, política e militar (BANDEIRA, 1993).

São Paulo (DEOPS/SP), Sérgio Paranhos Fleury –, ajudaram a aperfeiçoar o Esquadrão da Morte uruguaio (HEVIA COSCOLLUELA, 1985). Portanto, desde a implantação da ditadura brasileira já existia uma conexão repressiva com o Uruguai, mesmo havendo um regime democrático nesse país.

Além disso, o Uruguai era um dos países que deveriam ser abarcados pelo projeto geopolítico brasileiro de expansão de influência – inclusive, por causa da rivalidade na região com a Argentina. Paradoxalmente, logo após o golpe de Estado no Brasil, chegou a haver um acordo entre os governos brasileiro e argentino para intervenção militar conjunta, caso a atividade sindical uruguaia persistisse (CHAGAS; TRULLEN, 2005). Tal fato permite perceber a importância que os países vizinhos conferiam ao Uruguai, assim como a dimensão de ameaça à sua soberania.

Em julho de 1970, ocorreu o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, pela organização guerrilheira “Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros” (MLN), em 1970. Também foram seqüestrados o juiz Pereyra Maneli, denunciado de ser conivente com torturadores, e o agente norte-americano Anthony Dan Mitrione², da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Os três seqüestros faziam parte do chamado “Plan Satán”, organizado pelos tupamaros. Cabe ressaltar que as ações de seqüestro do MLN não se davam de maneira aleatória, ou seja, resultavam da escolha de alvos que representavam instituições estatais e/ou governamentais uruguaias ou de outros países que ofereciam apoio ao processo de autoritarismo implantado pelo então presidente Pacheco Areco.³

Mitrione e Gomide foram os primeiros estrangeiros a serem seqüestrados pelos tupamaros, ação que, posteriormente, tornou-se freqüente. Suas libertações foram condicionadas à soltura de todos os presos políticos existentes no Uruguai.

Dias Gomide, vinculado ao grupo “Tradição, Família e Propriedade” (TFP), foi libertado pelos tupamaros após ter ficado sete meses seqüestrado na “Cárcel del Pueblo”⁴ – quando sua esposa conseguiu pagar o resgate, exigido pelo MLN para a sua libertação, após o

² Mitrione foi seqüestrado por estar vinculado à Companhia de Inteligência Americana (CIA) e por ser responsável por treinar agentes para, através da tortura, extrair informações em interrogatórios de presos políticos. Antes da sua chegada no Uruguai, em 1969, havia passado pelo Brasil, entre 1960 e 1963, e posteriormente, em 1967, e pela República Dominicana, em 1964. Acabou executado pelos tupamaros, uma vez que o governo uruguaio rejeitou trocar a sua liberdade pelos prisioneiros políticos.

³ O governo Pacheco Areco tem sido visto como uma administração autoritária que propiciou, paulatinamente, a implantação de medidas que viriam depois a ser ampliadas e consolidadas durante a ditadura civil-militar que se iniciou em 1973 e se estendeu até 1985 (uso intensivo de medidas de exceção, aplicação da tortura, formação de Esquadrões da Morte, censura, repressão aos movimentos sindical e estudantil).

⁴ Esconderijo da guerrilha com certa infra-estrutura para esconder pessoas por tempo prolongado.

governo uruguaio rejeitar qualquer negociação com a guerrilha –, postura essa que criou mal-estar nas relações com o Brasil. Apesar das pressões do general Médici para que o governo uruguaio aceitasse a exigência dos tupamaros e liberasse os presos políticos, a administração de Pacheco Areco não cedeu, o que levou o governo brasileiro a intensificar sua colaboração com aquela administração, enviando especialistas em contra-insurgência urbana e integrantes do Esquadrão da Morte na busca do cônsul. Simultaneamente, concentrou unidades de pára-quedistas na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai (PADRÓS, 2005:296).

Além do MLN⁵, outro movimento de oposição ao governo Pacheco Areco foi a “Frente Ampla”, que optou por recorrer ao processo eleitoral, e não à luta armada. Essa Frente possuía um leque de forças que ia desde a centro-esquerda até a extrema-esquerda, sendo também antiimperialista e popular.⁶ Em 1971, ano de eleições para a presidência do Uruguai, o governo brasileiro resolveu intervir militarmente nesse país, caso a Frente Ampla ganhasse as eleições. Tal plano ficou conhecido como “Operação Trinta Horas”, pois esse seria o tempo necessário, segundo os estrategistas, para ocupar o país vizinho (GRAEL, 1985). Dessa maneira, a concepção do “inimigo interno” se expande, pois esse passa a se localizar também nos países vizinhos, na concepção das “fronteiras ideológicas”. Nessa perspectiva, o seqüestro do cônsul foi importante para o governo brasileiro na possibilidade de posicionamento de tropas na fronteira: “desde o seqüestro do cônsul Dias Gomide, no ano anterior, tropas brasileiras haviam sido mobilizadas sobre a fronteira uruguaia [...] com o intuito de conhecer a região e avaliar as condições de manobra em caso de intervenção” (PADRÓS, 2005:302).

Pode-se apreender, então, que o cenário uruguaio, no período delimitado nesse trabalho, gerou dois tipos de preocupações para a ditadura brasileira. O primeiro, entre 1964 e 1967, pelo fato do Uruguai concentrar importante exílio brasileiro que deveria ser monitorado, controlado e infiltrado, o que levou a ditadura brasileira a pressionar o governo democrático daquele país para que impusesse o cerceamento sobre os exilados. O segundo, entre 1968 e 1972, pela radicalização da situação interna do país vizinho e o surgimento da guerrilha urbana, assim como da Frente Ampla, organizações de esquerda vistas pelo Brasil como potenciais fatores de perturbação da sua segurança nacional e das suas “fronteiras

⁵ Os tupamaros se anunciaram oficialmente como movimento armado em 1966. Inicialmente, suas ações restringiam-se ao estilo “Robin Hood”: assaltavam bancos e distribuíam o dinheiro entre as camadas pobres da população da capital uruguaia, e denunciavam políticos vinculados à corrupção. A partir da escalada autoritária do governo Pacheco Areco, em 1968, o MLN optou pelo confronto aberto e agressivo.

⁶ A Frente Ampla foi uma coalizão de partidos e de movimentos de esquerda e centro-esquerda que agregou comunistas, socialistas, sociais-democratas, democratas-cristãos e dissidentes dos partidos tradicionais (Blanco e Colorado).

ideológicas”, o que levou o regime brasileiro a contribuir na espiral autoritária desencadeada pelas administrações Pacheco Areco (1968-1971) e Bordaberry (1972-1973). O seqüestro do cônsul pode ser considerado como o elemento articulador entre esses dois contextos do cenário político uruguaio e da geopolítica brasileira.

Por fim, é importante destacar que tanto o seqüestro do cônsul brasileiro quanto a montagem da “Operação Trinta Horas” ocorreram durante o período Médici, conhecido na historiografia brasileira como os “anos de chumbo” (1969-1974). Esse governo caracterizou-se pelo auge da repressão, com a violência física e institucional alcançando níveis extremos, tornando sistemáticas certas práticas como a tortura e a detenção de opositores, além de promover os “desaparecimentos”, mecanismo inédito no Cone Sul, que permitia ao regime obter uma grande eficiência repressiva aliada a uma responsabilidade mínima. Nesse sentido, a ditadura brasileira colaborou para estender aos países vizinhos mecanismos repressivos que vinham sendo aplicados na sua política interna e que foram importantes na implantação do Terror de Estado nos países do Cone Sul, dentre eles, o Uruguai.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos teóricos**. Ed. rev. Rio de Janeiro: ESG, 1983.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1976.
- CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. **Alto el fuego: FF.AA. y tupamaros**. 3. ed. Montevideo: Monte Sexto, 1986.
- CHAGAS, Jorge; TRULLEN, Gustavo. **Pacheco: la trama oculta del poder**. 2. ed. Montevideo: Rumbo, 2005.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. **Actas tupamaras**. 2. ed. Montevideo: TAE, 1987.
- _____. **La tregua armada**. Montevideo: TAE, [s. d.].
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GILIO, Maria Ester. **La guerrilla tupamara**. Montevideo: Biblioteca de Marcha, 1971.

GRAEL, Dickson M. **Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

HEVIA COSCULLUELA, Manuel. **Pasaporte 11333.** Uruguay: ... ocho años con la C.I.A. Montevideo: Liberación Nacional, 1985.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.

LANGGUTH, A. J.. **A face oculta do terror.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LESSA, Alfonso. **La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la via armada en el Uruguay del siglo XX.** Montevideo: Fin de Siglo, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 p. 2 v.. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

QUAGLIOTTI DE BELLIS, Bernardo. **Uruguay en el Cono Sur: destino geopolítico.** Buenos Aires: Tierra Nueva, 1976. v. 2.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

SADER, Éder. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina.** São Paulo: Polis, 1982.

SCHILLING, Paulo. **El expansionismo brasileño.** México, D.F.: El Cid, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. **Ditadura e resistência democrática.** República Oriental do Uruguai: 1968-1985. 304 p. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs.). **Ditaduras militares na América Latina.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.